



Ata da 22ª (vigésima segunda) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 31 (trinta e um) de Agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezessete) horas do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Tia Janne. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Professora Ana Maria; Sérgio Morato e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 013/2026, de autoria do Poder Executivo, que institui o Programa Municipal de Proteção Social e Transferência de Renda - CARTÃO ACOLHER, no âmbito do Município de Altaneira, Estado do Ceará, e adota outras providências – Relator sorteado: Vereador Paulo Robson; Item 2: Projeto de Lei nº 014/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações na estrutura administrativa e organizacional do Poder Executivo do Município de Altaneira, com criação, definição, extinção e distribuição dos cargos comissionados necessários ao seu funcionamento, e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Professor Nonato; Item 3: Ofício nº 24.08.001/2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, encaminhando a documentação da Prestação de Contas de todas as Secretarias Municipais, referente ao mês de Julho de 2026 e Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2026, da Mesa Diretora da Câmara, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel destinado à expansão da sede do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências – Relator sorteado: Vereador Paulo Geaneo. Nos registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares registrou a homenagem ao Dia Nacional da Educação Infantil, celebrado no último dia 25 (vinte e cinco), destacando a importância dessa etapa para o desenvolvimento e a formação das crianças, bem como a necessidade de investir na educação desde os primeiros anos. Também fez referência ao Dia Internacional da Igualdade Feminina, celebrado no último dia 26 (vinte e seis), ressaltando a importância da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, da valorização de sua participação na sociedade e do combate às barreiras que limitam sua liberdade, respeito e desenvolvimento. Em seguida, registrou a pauta da sessão, lembrando as matérias já lidas no Expediente e anunciando a Ordem do Dia, que contou com a solicitação de urgência do Poder Executivo para apreciação do Projeto de Lei nº 14/2026 e como Parecer nº 012/2026 da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 12/2026, ambos de autoria do Poder Executivo. O Presidente registrou ainda sua participação, em Juazeiro do Norte, na última sexta-feira, dia 28 (vinte e oito), no evento Cariri nos Espera!, voltado à atualização e ao aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na gestão pública municipal. Informou que o encontro abordou mudanças na prestação de contas de gestão e os impactos da Instrução Normativa nº 01/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), reunindo gestores, controladores, contadores, ordenadores de despesas e equipes das áreas de planejamento, finanças, patrimônio, licitações e contratos, além de assessores jurídicos. O Presidente destacou a importância das informações apresentadas pelos instrutores Ricardo Dias, Cristiano Góis e Ruben César. Também registrou o aniversário do Vereador Professor Nonato, celebrado hoje, a quem dirigiu votos de saúde, paz e sucesso pela passagem de mais um ano de vida. Por fim, divulgou convite do Governo Municipal, por meio do Secretário de Cultura, Turismo, Esporte e Juventude, Clécio, para participação no Desfile Cívico em alusão à Independência do Brasil, que será realizado no dia 7 (sete) de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), com concentração às 16 (dezesseis) horas, no Ginásio Poliesportivo, e saída



prevista para as 17 (dezesete) horas. O evento terá como tema central "O Brasil de Muitas Cores", celebrando a diversidade cultural, histórica e regional que compõe a identidade brasileira. **TEMA LIVRE:** A vereadora Professora Ana Maria parabenizou o vereador Professor Nonato pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe muitos anos de vida, saúde e prosperidade. Em seguida, manifestou solidariedade às famílias enlutadas do município, desejando conforto e força a todos os familiares. Na sequência, a vereadora abordou áudios que afirmou estarem circulando em grupos de WhatsApp com críticas direcionadas à sua pessoa. Esclareceu que decidiu se manifestar em respeito às pessoas que a apoiam e aos seus mais de quatrocentos eleitores, afirmando que não costuma atacar ninguém, mas que considerou necessário se defender diante das acusações. Explicou que a situação teve início quando decidiu mudar a empresa responsável pelo fornecimento de internet de sua residência, após receber uma proposta que considerou mais vantajosa. Ressaltou que sempre foi bem atendida pelos funcionários da empresa anterior e que a mudança ocorreu exclusivamente por uma questão de interesse econômico, não tendo qualquer relação com posicionamento político. Destacou que, caso a decisão tivesse motivação política, teria realizado a mudança anteriormente. A vereadora afirmou que considera legítimo que qualquer cidadão escolha livremente a empresa que deseja contratar e lamentou a forma como a situação teria sido tratada, especialmente diante do tempo em que foi cliente da empresa, por aproximadamente seis anos. Lembrou que foi procurada em sua própria residência para ingressar na política e que teria entrado na política para ajudar "um grupo que nunca a valorizou", afirmando que realizou sua campanha de forma independente, visitando as famílias e pedindo votos, contando posteriormente com o apoio de amigos e cunhados. Rejeitou, ainda, acusações de que teria se vendido politicamente ou recebido benefícios financeiros para mudar seu posicionamento. Afirmou que tudo o que conquistou foi resultado de seu próprio trabalho e que não depende de dinheiro ou favores de terceiros para alcançar seus objetivos. Ao falar sobre sua trajetória profissional, destacou sua atuação em casas de família, na Educação de Jovens e Adultos e como agente de endemias, função na qual enfrentou diversas dificuldades e condições adversas durante o exercício do trabalho. mencionou, ainda, experiências profissionais em outros municípios e em escolas de Altaneira, ressaltando que possui uma história de trabalho conhecida pela população. A vereadora criticou aqueles que, segundo ela, fazem acusações relacionadas à chamada "política suja" e questionou a postura de pessoas que, segundo afirmou, demitem mães de família por conta de desconfiança de voto e pais de família por divergência de posicionamento político. Afirmou que não aceita receber lições de moral de quem utiliza áudios e grupos de WhatsApp para tentar humilhá-la e desmoralizá-la. Disse que a repercussão das mensagens teria causado indignação em diversas pessoas. Sobre a reeleição, declarou que respeita o resultado das urnas e que caberá à população decidir, nas eleições, quem deverá permanecer ou não nos cargos eletivos. Reforçou também que sua profissão é professora e que o mandato de vereadora é temporário, razão pela qual busca desempenhar sua função da melhor maneira possível e trabalhar em benefício da população. A vereadora Tia Janne destacou, de forma especial, a vereadora Professora Ana Maria, a quem classificou como uma pessoa digna, querida e de reconhecido caráter. Em seguida, manifestou seus sentimentos à família de Dona Creuza e do Sr. Francisco Martins, pelos seus falecimentos. Também parabenizou sua filha Janainny e o vereador Professor Nonato pela passagem de seus aniversários, desejando-lhes muitas bênçãos, saúde, paz e sucesso. Na sequência, a vereadora destacou, com satisfação, a conclusão e certificação do curso de Design de Sobrancelhas e Micropigmentação, com carga horária de cem horas, realizado no CRAS de Altaneira. Informou que a capacitação foi uma ação do mandato da deputada Larissa Gaspar, viabilizada em parceria com a Secretaria da Proteção Social do Estado do Ceará, por meio da Coordenadoria de Políticas Públicas, com articulação da advogada Dra. Rafaela e participação da gestão municipal, através da Secretaria de Assistência Social. A parlamentar ressaltou que o curso foi gratuito e destinado prioritariamente a mulheres chefes de família, beneficiárias de programas sociais e desempregadas, tendo como objetivo promover geração de renda, autonomia financeira e fortalecimento do empreendedorismo feminino no município. Destacou que todas as alunas receberam seus certificados e, na condição de Procuradora Especial da Mulher, juntamente com a



vereadora Professora Ana Maria, reafirmou o compromisso de acompanhar e apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento das mulheres altaneirenses. A vereadora ressaltou que as ações de proteção às mulheres devem envolver tanto o combate à violência quanto a criação de oportunidades de trabalho e independência financeira. Parabenizou as alunas pela conclusão do curso e a instrutora Thyene pelo trabalho realizado, desejando que a qualificação represente o primeiro passo para a criação de novos negócios e para a construção de histórias de sucesso no município. Após, relatou sua participação em um encontro de mulheres realizado na Secretaria de Assistência Social, com a presença da presidente do órgão, Salete, juntamente com Adriana, com a prefeita Késia e com representantes da assistência social. Considerou o encontro enriquecedor e destacou a importância de mostrar às mulheres que elas não estão sozinhas e que existe uma rede de acolhimento e orientação para situações de violência física, psicológica e patrimonial. Orientou as mulheres a não se calarem diante de qualquer forma de violência, ressaltando que, quando uma mulher é agredida, todas devem se unir para buscar soluções e caminhos que garantam sua proteção. Reafirmou que as mulheres de Altaneira podem contar com a Procuradoria Especial da Mulher e com as vereadoras que integram o órgão na busca por políticas públicas e pelo fortalecimento da rede de proteção. A vereadora também saudou, de maneira especial, sua sobrinha e a psicóloga Ana Maria, destacando a importância do acompanhamento psicológico para as mulheres e ressaltando a contribuição das profissionais da área para a promoção da saúde e a prevenção do sofrimento. Defendeu, ainda, a importância desse trabalho no ambiente escolar, ressaltando o compromisso das profissionais com a comunidade. Na continuidade, destacou a atuação da gestão municipal e, de maneira especial, do secretário de Meio Ambiente, Ricardo Rufino, que, segundo ela, demonstrou segurança e competência durante sua participação na Casa Legislativa. Ressaltou o trabalho desenvolvido pelos secretários municipais e destacou a iniciativa da gestão, em parceria com a prefeita Késia, de oferecer aos catadores de materiais recicláveis um espaço estruturado e adequado para o exercício de suas atividades, proporcionando maior segurança, melhores condições de trabalho e qualidade de vida. Afirmou que investir nesses trabalhadores representa também investir em dignidade. Por fim, parabenizou todos os vaqueiros do município, destacando a importância e a humildade desses trabalhadores e mencionando a comemoração do Dia do Vaqueiro. Ressaltou que a gestão municipal tem demonstrado atenção à categoria, proporcionando espaços para a prática da atividade, como a pista destinada aos vaqueiros, e citou também a realização de um bolão na localidade. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria deu continuidade ao seu pronunciamento, reafirmando que sua profissão é professora e que pretende continuar trabalhando pela população e atendendo a todos que a procurarem durante o restante de seu mandato. Declarou que pretende buscar a reeleição e espera que seu trabalho seja reconhecido pela população, ressaltando que, caso não seja reeleita, seguirá sua vida profissional como antes, agradecendo a Deus por nunca ter dependido do cargo de vereadora para sua subsistência. A vereadora também esclareceu questionamentos relacionados à sua fidelidade partidária. Afirmou que sua saída do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorreu mediante carta de anuência, documento que, segundo ela, autorizou sua desfiliação sem a perda do mandato, cuja leitura ela realizou anteriormente no Plenário da Câmara. Ressaltou que, apesar de ter deixado o partido, continua apoiando e buscando ações em benefício do PT. Na sequência, questionou as críticas relacionadas à fidelidade partidária e afirmou que algumas pessoas que fazem tais acusações também teriam mudado de posicionamento político ou apoiado candidatos de outros partidos, citando, como exemplo, o ex-prefeito e a presidente do partido, questionando se essas pessoas teriam legitimidade para falar em traição ou infidelidade partidária. Afirmou que tem sido alvo de críticas por seu posicionamento político e questionou se isso estaria relacionado ao trabalho que vem desenvolvendo em Altaneira. Defendeu que a população observe as ações e o comportamento de cada agente político antes de tomar sua decisão eleitoral. Finalizou destacando que os eleitores devem escolher aqueles que efetivamente demonstram trabalho e compromisso com o município. Em aparte, o vereador Sérgio Morato solidarizou-se com a vereadora Professora Ana Maria diante das situações relatadas. Ressaltou que, em outras ocasiões, quando seu nome foi mencionado na Casa Legislativa, a vereadora



sempre se posicionou em sua defesa, motivo pelo qual considerou importante manifestar publicamente seu apoio. O vereador afirmou que a vereadora pode contar com seu apoio e com o dos demais integrantes do grupo político, incluindo da prefeita Ana Késia, destacando o respeito que possui por ela e por sua família. O vereador Paulo Robson cumprimentou o vereador Professor Nonato pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe bênçãos, saúde e prosperidade, e manifestou solidariedade à família do Sr. Francisco Martins, pelo seu falecimento. Em seguida, comunicou a alteração da data da Corrida de Santa Teresa, organizada pela equipe Corre Altaneira em parceria com a Paróquia de Santa Teresa. Explicou que, em razão da impossibilidade de realização do evento no dia 11 (onze), devido à realização de processo seletivo e avaliações destinadas a estudantes, entre outras questões, a corrida foi remarcada para o dia 18 (dezoito) de outubro. Na sequência, também solidarizou-se com a vereadora Professora Ana Maria em relação aos áudios mencionados durante seu pronunciamento. Disse ter ficado surpreso com o conteúdo das mensagens e, especialmente, com a tentativa de atribuir motivos políticos à mudança de empresa de internet realizada pela vereadora. Acrescentou que passou por situação semelhante, explicando que foi um dos primeiros clientes da empresa local de internet quando o serviço foi implantado em Altaneira, após já ter utilizado outros serviços de internet. Ressaltou que sempre valorizou a empresa por ser de origem local e que manteve seu contrato durante todo o período acordado. Relatou que, posteriormente, recebeu informações sobre novos pacotes e benefícios oferecidos por outra empresa. Após consultar a prestadora e verificar que não havia um plano com as mesmas condições, decidiu não renovar o contrato, sem que houvesse qualquer motivação política. Esclareceu que sua decisão foi tomada de forma tranquila e que sequer houve necessidade de retirar imediatamente o serviço, pois apenas optou por não renovar o contrato. Por fim, afirmou que não considera razoável atribuir motivação política a uma decisão dessa natureza e reiterou sua solidariedade à vereadora Professora Ana Maria, destacando que, embora não tenha sido alvo de palavras tão duras quanto as dirigidas a ela, compreende o desconforto causado pela situação. Em aparte, a vereadora Professora Ana Maria afirmou que, desde que declarou apoio à prefeita Késia, vem recebendo manifestações de apoio da população e do grupo político ao qual passou a integrar. Relatou que tem sido bem recebida nos locais que frequenta e nas visitas às residências, agradecendo a Deus pelo carinho que tem recebido. Esclareceu novamente que sua decisão de sair do grupo foi tomada diante da forma como vinha sendo tratada pelo antigo grupo, situação que, segundo ela, teria começado ainda antes do lançamento de sua candidatura e continuado após sua eleição. Também voltou a contestar afirmações de que sua mudança de empresa de internet teria relação com questões políticas ou financeiras. Ressaltou que determinadas pessoas somente passaram a criticá-la após a não renovação de contratos de internet e questionou a motivação dessas manifestações. Na sequência, pediu que a população observe as ações e atitudes dos agentes políticos e avalie quem efetivamente vem trabalhando pelo desenvolvimento de Altaneira. Afirmou que não está preocupada com sua reeleição e que seus adversários deveriam se preocupar com seus próprios projetos políticos, destacando que, em sua avaliação, o trabalho desenvolvido pela prefeita Késia poderá contribuir para sua continuidade à frente da gestão municipal. Por fim, agradeceu à sua família, aos cunhados, às respectivas esposas e aos amigos pelo apoio recebido durante sua trajetória política. Reafirmou que encara sua atuação com gratidão e que, caso não seja reeleita, não terá problemas em retornar à sua vida profissional, destacando que pretende continuar trabalhando e se dedicando ao povo de Altaneira. De volta com a palavra, o vereador Paulo Robson afirmou que a reeleição depende, em grande medida, do trabalho desenvolvido diariamente, tanto na atuação parlamentar quanto durante o período de campanha. Ressaltou que esses fatores são aspectos que devem ser considerados pela vereadora, por sua família, amigos, apoiadores e cabos eleitorais, que devem lidar com essa preocupação ao longo do processo eleitoral. O vereador Professor Deza Soares apresentou condolências às famílias enlutadas do município, mencionando, de forma especial, a família Baiá, a família Martins e todas as demais famílias que perderam seus entes queridos. Em seguida, parabenizou o vereador Professor Nonato pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe sucesso em seus trabalhos e em sua caminhada. Na sequência, destacou a importância das instalações



realizadas pelo Governo Municipal destinadas aos recicladores, ressaltando que esses trabalhadores são merecedores da iniciativa e desempenham papel fundamental no município. Parabenizou o Governo Municipal pela ação e, principalmente, os recicladores, reconhecendo o trabalho de excelência que realizam em benefício do meio ambiente e da população, contribuindo para a melhoria das condições ambientais do município. Ao tratar de outros assuntos, afirmou que as opiniões são diversas, mas lamentou o ocorrido, especialmente quando relacionadas a questões e pessoais. Relatou que também já recebeu críticas em razão de seu posicionamento político e da defesa de candidatos, afirmando estar tranquilo e consciente de suas escolhas. Reafirmou seu compromisso com o Partido dos Trabalhadores, destacando que permaneceu no partido pelo qual foi eleito e que pretende continuar defendendo suas posições partidárias. Afirmou que não se preocupa com críticas que considera infundadas, embora reconheça que, em uma democracia, as pessoas possuem o direito de expressar suas opiniões, mesmo quando há discordância. Ao final, destacou o papel das redes sociais como importantes meios de comunicação e divulgação, nos quais as pessoas podem manifestar livremente suas opiniões, especialmente no campo político. Reafirmou, portanto, que possui posicionamento firme e que continuará procurando fazer o máximo possível no exercício de seu mandato e em defesa de suas convicções. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 014/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações na estrutura administrativa e organizacional do Poder Executivo do Município de Altaneira, com criação, definição, extinção e distribuição dos cargos comissionados necessários ao seu funcionamento, e dá outras providências. Na discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo afirmou que se deteria na análise do projeto, destacando que a proposta trata de uma reforma administrativa que, segundo afirmou, em um governo com bom planejamento, deveria ter encaminhado à Casa no primeiro ano de gestão, não no segundo. Questionou, assim, a razão de a matéria estar sendo apresentada somente no segundo ano de governo e em período próximo ao processo eleitoral. O vereador levantou questionamentos sobre a criação e manutenção de cargos comissionados, considerando a possibilidade de que tais funções possam ser utilizadas como forma de apoio político durante o período eleitoral. Afirmou que, caso o projeto seja aprovado, haverá comissionados pedindo votos para os candidatos apoiados pela prefeita. Também questionou o regime de urgência atribuído à matéria, considerando que, se as alterações somente produzirão efeitos a partir de fevereiro de 2027 (dois mil e vinte e sete), não haveria, em sua avaliação, justificativa para a tramitação urgente. Ressaltou que o projeto poderia ter sido encaminhado anteriormente e questionou a ausência de informações mais detalhadas sobre o impacto financeiro que a reforma administrativa provocará nos exercícios seguintes, especialmente considerando que esta Casa, segundo ele, já aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2027 (dois mil e vinte e sete). Na sequência, mencionou a existência de questionamentos judiciais relacionados à estrutura administrativa e à ocupação de cargos no município, afirmando que a atual gestão estaria buscando regularizar a situação por meio da reforma proposta. Ressaltou, entretanto, que eventuais irregularidades anteriores já teriam produzido efeitos e questionou a responsabilidade pelos valores pagos aos servidores que ocuparam tais funções. O vereador afirmou não ser contrário à criação ou manutenção de empregos e cargos públicos, nem a eventual valorização dos servidores, mas defendeu que a matéria deveria apresentar informações mais claras sobre a quantidade de cargos, os valores envolvidos e o impacto financeiro para o município. Questionou, inclusive, como a Administração poderá prever os reajustes dos servidores para o próximo ano sem conhecer previamente os índices de inflação e os demais impactos decorrentes da nova estrutura administrativa. Todavia, afirmou que não votará contra nenhum emprego. Questionou a ausência de informações mais detalhadas por parte da equipe econômica do Município e defendeu que a Câmara tenha conhecimento preciso dos custos decorrentes da criação ou alteração dos cargos. Ademais, reiterou que não é contrário ao projeto em si, mas questionou a forma e a urgência com que a matéria foi encaminhada à Casa. Defendeu, por fim, a importância do impacto financeiro para matérias dessa natureza, reafirmando que o mesmo não foi encaminhado junto ao projeto. O vereador Professor Nonato agradeceu aos altaneirenses, amigos, familiares,



vereadores e servidores da Câmara Municipal pelas manifestações de carinho recebidas por ocasião de seu aniversário. Afirmou que o último ano foi marcado não apenas por conquistas, mas também por superações, destacando que as palavras de força, carinho e incentivo recebidas têm contribuído para seu cotidiano e o encorajado a continuar sua caminhada. Passando para a discussão da matéria, o vereador afirmou que, desde sua primeira legislatura, tem mantido o posicionamento de não votar contra a criação de empregos ou contra o aumento de salários, independentemente de quem esteja à frente da gestão municipal. Ressaltou que considera uma honra poder votar pela criação de empregos e pela valorização dos servidores. Entretanto, destacou que a criação de cargos, o aumento de salários e de gratificações precisam estar acompanhados de uma estrutura financeira capaz de garantir a execução das medidas aprovadas. Manifestou preocupação com o fato de o projeto estar sendo apresentado à Câmara a aproximadamente trinta e cinco dias das eleições para deputados, senadores e governador. Afirmou e solicitou que consignasse em ata sua afirmação de que “a gente andando, a gente descobre a troca de empregos na Prefeitura, por votos, nas eleições agora de outubro. Famílias que declaram e dizem: vou votar porque ganhei uma portaria, vou votar porque ganhei um emprego”. Considerou a situação grave e ressaltou que paira a responsabilidade financeira do município. O vereador afirmou que, até o mês de julho do segundo ano do quadriênio, o Tribunal de Contas já havia notificado o município quanto à necessidade de redução de despesas, e não de aumento. Diante disso, questionou a existência de recursos e dotação orçamentária suficientes para suportar as novas despesas previstas para 2027 (dois mil e vinte e sete). Ressaltou que não basta aprovar uma lei se o município não possuir condições financeiras para executá-la, sob pena de, posteriormente, os servidores não terem a garantia de permanência nos cargos criados. Na sequência, mencionou a situação envolvendo a gratificação dos motoristas, citando-a como exemplo de medida que foi aprovada e posteriormente retornou à Câmara para ser desfeita, reforçando a necessidade de planejamento financeiro antes da criação de novas despesas. Afirmou entender que o município precisa, primeiramente, organizar suas finanças para, posteriormente, discutir aumento de salários, criação de cargos e concessão de gratificações. O vereador destacou que quem administra o município possui a responsabilidade de avaliar até onde é possível suportar o peso das despesas e as obrigações legais, enquanto sua função, como vereador, principalmente sendo oposição, é fiscalizar e acompanhar a execução dos recursos públicos. Afirmou que continuará exercendo essa função de fiscalização e questionando as medidas que considerar necessárias. Afirmou também que votará favoravelmente ao pedido de urgência, mas ressaltou que não está compactuando “com os desmantelos financeiros do município”, citando, inclusive, dados relativos às despesas com pessoal, do TCE, que mostra o percentual de 52,84% (cinquenta e dois vírgula oitenta e quatro por cento), afirmando que esse índice estaria acima do limite permitido pela legislação. Diante disso, questionou se existem recursos e dotação orçamentária suficientes para suportar, 2027 (em dois mil e vinte e sete), as despesas decorrentes da criação dos novos cargos e das demais alterações propostas. Para mais, reafirmou que votará favoravelmente ao pedido de urgência e que possivelmente também votará favoravelmente ao projeto de lei. Contudo, deixou registrado mais uma vez que seu posicionamento não significa concordância com eventual desorganização financeira do município. O vereador Paulo Robson afirmou que deixaria para se manifestar de forma mais detalhada sobre o Projeto de Lei nº 014 quando a matéria estivesse em discussão e votação. Esclareceu que, em sua análise, o projeto não apresenta qualquer menção a uma reforma administrativa ou a impacto financeiro no orçamento atual do município. Ressaltou que uma leitura direta da proposta permite compreender que os eventuais impactos financeiros somente terão efeitos a partir de primeiro de fevereiro de 2027 (dois mil e vinte e sete). Dessa forma, considerou que os questionamentos sobre impacto financeiro atual não corresponderiam ao conteúdo da matéria. O vereador explicou que o que estava sendo discutido naquele momento era especificamente a tramitação do projeto em regime de urgência. Comparou o termo “urgência” utilizado na área da saúde, em que determinada situação precisa ser tratada imediatamente, esclarecendo que, no processo legislativo, o regime de urgência possui finalidade diferente, relacionada à redução do prazo de tramitação da matéria. Afirmou que a solicitação de



urgência busca evitar atrasos na análise dos projetos encaminhados pelo Poder Executivo. Segundo ele, havia situações em que matérias permaneciam por longos períodos na Comissão Permanente, sem a emissão dos respectivos pareceres. Sequentemente, explicou que a adoção do regime de urgência estabelece o prazo de 15 (quinze) dias para a tramitação, esclarecendo que quando não há essa solicitação, os projetos permanecem até 30 (trinta) dias aguardando parecer e, quando não há a emissão nesse prazo, ocorre a avocação por parte da Presidência da Casa. Registrou ainda que, após a instalação da relatoria sorteada, Resolução de sua autoria, as matérias ganharam mais celeridade, ressaltando que a medida não tem como objetivo retirar a autonomia da Comissão Permanente ou da Mesa Diretora, mas dinamizar os trabalhos legislativos. O vereador destacou que, com a atual sistemática de relatorias sorteadas, os vereadores da oposição também participam da análise das matérias e têm a responsabilidade de emitir seus pareceres. Reiterou que a tramitação em regime de urgência tem como principal finalidade evitar atrasos e garantir maior agilidade na apreciação dos projetos e declarou seu voto favorável à solicitação. O Presidente Professor Deza Soares esclareceu que o vereador Júnior do Povo havia se equivocado ao afirmar que a Câmara já teria votado o orçamento referente ao exercício de 2027 (dois mil e vinte e sete), informando que esse projeto ainda não foi sequer sido protocolado na Câmara. A posteriori, o Presidente afirmou concordar que a proposta em discussão envolve um conjunto amplo de medidas relacionadas à estrutura do Poder Executivo, caracterizando-se como uma reforma administrativa, poderia ter sido encaminhada com maior antecedência, o que permitiria ao Poder Legislativo dispor de mais tempo para analisar e discutir a matéria, tendo em vista a amplitude e a importância das alterações propostas. Ressaltou, entretanto, que entende que o Governo Municipal deve estar realizando um planejamento adequado, especialmente diante dos excessos verificados em 2026 (dois mil e vinte e seis) relacionados à questão funcional, situação que, segundo mencionou, já teria sido apontada pelo Tribunal de Contas. Afirmou compreender que o projeto busca justamente promover correções na estrutura administrativa, com o objetivo de evitar que situações semelhantes ocorram no exercício seguinte. O Presidente destacou ainda que, caso o encaminhamento do projeto tivesse como consequência o aumento das despesas municipais, a matéria seria incompreensível. Contudo, afirmou entender que a proposta possui finalidade de reorganização administrativa e que os detalhes e demais aspectos do projeto serão analisados posteriormente. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema eletrônico nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 2: Parecer nº 012/2026, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 012/2026, de autoria do Poder Executivo, que institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do Município de Altaneira/CE, dispõe sobre sua implementação, acompanhamento e monitoramento, e adota outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade e não havendo inscritos para a discussão, a matéria foi posta em votação através do sistema eletrônico nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 31 de agosto de 2026.

Handwritten signature: J. Soares

Handwritten signature: J. Soares

Handwritten signature: J. Soares

Handwritten signature: J. Soares

Handwritten signature: Zaulo Roberto Lins de Oliveira

Handwritten signature: J. Soares

Handwritten signature: J. Soares